COMED

Conselho Municipal de Educação de São Caetano do Sul
(Lei Municipal de n° 1489 de 29 .08. 1966)

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMED GESTÃO 2025/2027

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas, reuniram-se no CECAPE, localizado na Rua Tapajós, n.º 300, no Bairro Barcelona, em São Caetano do Sul, São Paulo, os membros do Conselho Municipal de Educação (COMED) para deliberar sobre a pauta do dia, já encaminhada anteriormente via WhatsApp no grupo de trabalho do Conselho Municipal. O Presidente do Conselho, Fábio Toro, saudou os membros presentes: Elizabeth Tagliatella Órfão, Juliana de Carvalho Yamane Contar, Karina Aparecida Cavassani Broesdorf, Meire Bernardi, Rafael Ridolfi, Rafaela Martins Belo,Simone Borges Silva Camargo, Solange Teixeira Cardoso keller, Tânia Luiza Demenis, Valquíria Crivelaro e Vládia de Moraes Benedetti, passando, em seguida, a lista de presença para assinatura dos conselheiros. Na sequência, convidou a conselheira Meire para proceder à leitura da pauta da reunião anterior, que, após ser lida, foi aprovada e assinada pelos presentes. Dando início aos diálogos, o presidente apresentou o documento com a resposta elaborada pela SEEDUC, em conjunto com o NUMAP, referente à solicitação dos pais de estudantes da EMEI Rosana Munhoz, para a realização de uma reforma estrutural no prédio da EMEF Maria Terezinha Dario Fiorotti, visando à ampliação do número de turmas da referida EMEI. O documento traz a negativa da SEEDUC, fundamentada, entre outros aspectos, nas limitações estruturais da edificação, nos impactos decorrentes da laje já existente e em estudos geotécnicos que identificaram outras restrições comprometedoras da segurança do local pretendido para a reforma. O parecer foi assinado pela arquiteta Carolina Monteiro e encaminhado à comissão de pais da EMEI Rosana Munhoz, responsável pela solicitação da vistoria. Segundo o presidente, após o recebimento dessa resposta, os pais solicitaram à arquiteta Carolina Monteiro o mapa estrutural da escola. Fábio esclareceu que esses documentos permanecem arquivados no Atende Fácil do município e que a solicitação deverá ser formalizada diretamente naquele órgão. A diretora Juliana, integrante deste Conselho, informou que os pais pretendem recorrer a outras instâncias. A conselheira Vládia, atuante nos fluxos de vagas escolares, abordou a organização do cadastro para essa unidade, destinada ao atendimento de crianças de zero a três anos, destacando que as demais escolas do bairro passariam a ter vagas ociosas caso essa alteração fosse concretizada. A diretora Juliana, da EMEI Rosana Munhoz, acrescentou que vem mantendo total imparcialidade em relação ao caso e que somente tem acesso aos documentos por integrar este Conselho. O presidente esclareceu que o Conselho Municipal de Educação não possui governabilidade para decidir sobre essa demanda. Na

sequência, informou que foi publicada no Diário Oficial a composição da Comissão Gestora do Plano Municipal de Educação, da qual fazem parte dois representantes deste Conselho: Fábio Toro e Valéria Ugolini. Destacou, ainda, que a Comissão Gestora definirá a linha de trabalho a ser seguida e informou que a conselheira Juliana e o diretor Thiago Araújo representam o Fórum Municipal de Educação, por terem participado de uma formação destinada à coleta de dados do município, que servirá de referência para a elaboração do novo Plano Municipal de Educação. Acrescentou que encaminhará ofício ao Fórum solicitando os dados necessários para a construção do novo plano, bem como os resultados do monitoramento já realizado. Prosseguindo com a pauta, lembrou que há estudantes enturmados na Educação de Jovens e Adultos (EJA), na Escola Estadual Bonifácio de Carvalho, totalizando vinte e quatro intenções de matrícula. Informou que o curso será organizado em classes multisseriadas e que os docentes receberão formação específica para atuar nesse formato. A conselheira Tânia informou que as aulas de Educação Física serão realizadas no contraturno e esclareceu as hipóteses legais de dispensa dessa disciplina, previstas na legislação vigente. Comunicou, ainda, que a atribuição de aulas ocorrerá no dia vinte e dois de julho, por meio da matriz gerada na SED. Solicitou o apoio dos conselheiros para divulgar a oferta da EJA e orientar as pessoas interessadas a procurarem diretamente a escola, ressaltando que a matrícula é realizada de forma imediata na própria unidade. Acrescentou que a matriz curricular permanece a mesma utilizada nas turmas regulares, ainda que a organização seja multisseriada. Finalizando sua exposição, explicou que, ao ingressar em sala de aula, o professor precisa possuir expertise profissional para atuar nas diferentes disciplinas e informou que o Núcleo Pedagógico Estadual será responsável pela formação desses docentes. O presidente Fábio retomou a questão do compartilhamento dos objetivos do PNE e que há conselheiros que não conseguiram apresentar a meta na reunião do conselho anterior a esta. A conselheira Rafaela Belo falou da metas 3, colocou que a meta é sobre a alfabetização na idade certa e lembrou que os dados do município já atendem a última meta publicada, que a alfabetização deveria acontecer até o terceiro ano do ensino fundamental I e atualmente no município já trabalhamos com a meta prevista para alcançar estudantes alfabetizados até o segundo ano do ensino fundamental I. Apresentou que no documento há indicação de sondagem (lembrou que a nossa rede de ensino já a faz), formação de professores e mencionou que já temos isso bem articulado com formações do CECAPE e acrescentou que precisa se ampliar a parceria entre o Grupo 5 da Educação Infantil e primeiro ano do Ensino Fundamental considerando que isso ajudaria a alavancar mais a alfabetização na nossa rede. Fábio lembrou que os dados internos precisam estar alinhados aos dados oficiais na elaboração do PME. Que essa meta é muito séria e requer um plano de alfabetização para o decênio

do PME. Na sequência, as conselheiras Simone e Solange foram convidadas pelo presidente Fábio a falar sobre a meta referente à educação inclusiva. Simone, atuante no Núcleo de Apoio à Educação Inclusiva, observou que não se separa os enfrentamentos das pautas sobre gênero, raça e sobre intersetorialidade, objetivos referentes à meta 9. Fábio lembrou que daqui a dois anos o plano terá uma revisão obrigatória. Simone colocou que a perspectiva do recorte da educação especial tem de ter um olhar para a educação especial e inclusiva. Simone validou o comentário de Fábio que estamos falando de educação especial e inclusiva onde tem de caber todos e todas, que vem com a garantia de acesso e permanência sendo contemplados os pessoas com deficiências e pessoas com altas habilidades e superdotação. Nossa política já segue essa linha, Fábio colocou que nossa política é um indicador porque pelo monitoramento temos dados para alinhar com esta meta, e, isso é muito importante. Simone elencou os avanços como a consolidação da política inclusiva, reafirmando a escolarização para todos os meninos e meninas e os apoios necessários para assegurar essa participação e aprendizagem. Apontou também a educação especial como modalidade transversal. Explicou que há movimento de famílias acontecendo pedindo a volta da educação especial, pedindo a volta inclusive em nossa cidade. Explicou que às vezes não conseguimos fazer os contornos e manter determinados estudantes em nossa rede, mas algumas famílias têm o desejo da escola especial. Lembrou que o NAEI faz avaliação e análises e às vezes acaba optando em atender a demanda de acordo com a necessidade daquela família ou no caso de determinados estudantes, se a rede não consegue atender aquele momento, há o encaminhamento para escola de educação especial. Simone completou apontando que reafirma a educação especial como transversal. Sobre a formação de professores apontou que nosso município tem dado conta disso nas suas especificidades do tema, mesmo tendo muito a percorrer, avançamos muito na formação continuada de professores, na confecção de materiais, produção e disseminação de materiais acessíveis e o fortalecimento da rede nacional de educação inclusiva. Importante é o combate ao capacitismo, inclusive já estão preparando formação com diretores da escola entendendo que capacitismo é crime e não podemos normalizar tais conduta. Nossa rede está trilhando esse caminho de combate ao capacitismo, assim como o racismo, essa consolidação vem muito forte. Também comentou sobre o monitoramento das metas e que Simone considera um avanço em relação às dificuldades de implementação do PME anterior que ficou em defasagem. Pontos que merecem atenção são o financiamento, embora haja uma previsão de gastos em relação ao país, há a previsão de investimento mas ainda desafios de acessibilidade mesmo com a cidade pequena. Simone trouxe como exemplo a EME Alcina Dantas Feijão e a acessibilidade na escola e no entorno, como é o caso do ponto de ônibus em que não há

rampa de acesso.. A escola foi reformada, mas não há rampa para subir no ônibus pela calçada, por exemplo. As dificuldades de acessibilidade serão discutidas em plenária, colocou o presidente Fábio validando o exemplo trazido. Simone colocou a formação dos profissionais, que tem cidades que ainda não possuem professores de AEE, para apoiar ele nas ações. A conselheira Tânia colocou que no estado há o cuidador externo que fica fora da sala de aula. Ela colocou que a partir de setembro serão contratados cuidadores para ficar dentro da sala de aula. O cuidador externo estava lá, para necessidades externas de locomoção, alimentação, higiene e uso do banheiro. Os que forem contratados pelo Estado terão exigência de um curso de formação e ter ensino médio completo. Ela indicou que há sala de recursos e itinerância no Estado, assim como, profissionais habilitados para atuar nestes espaços. Solange colocou que são atendidos 1470 alunos no programa de educação especial do município, sendo 870 são laudados TEA. Que temos casos desafiadores até de responsabilidade de saúde mental. Simone colocou que apesar de ser educação especial e inclusiva há questões muito pontuais. No recorte da política de educação especial, ela considera que nossa cidade avançou muito, pois temos um eixo que cuida da saúde mental e uma acompanhamento de rede e apoio às famílias desses estudantes. Simone colocou que as escolas sabem que podem recorrer ao NAEI, que a equipe multidisciplinar tem ajudado muito as escolas . Tânia colocou que São Caetano tem uma realidade privilegiada, citando que há outras realidades mais vulneráveis. Simone continuou sua fala advertindo que usamos de maneira equivocada a palavra privilégio dos estudantes, que na verdade é direito. Simone levantou os indicadores de aprendizagem e apontou que ainda temos de alcançar: a permanência dos estudantes , ainda há evasão e muitas vezes é difícil de encontrá-los após longas ausências na unidade escolar. A distorção idade/série acontece muito no ensino médio, a qualidade das aprendizagens, as avaliações externas, a acessibilidade das avaliações nos anos finais:esses estudantes ficam fora e isso produz a redução da desigualdade educacional. O que tem preocupado o setor educacional do município é a terminalidade do ensino médio: estudantes ao concluírem o terceiro ano não vão trabalhar, não vão prosseguir nos estudos, e ainda é muito pouco o que é oferecido para esse público, embora haja oficinas da SEDEF, muitos ficam em casa, e esse público tem de ser pensado. Que ultimamente as famílias desses estudantes, tem se "desesperado" e pedido para eles irem para a escola especial pois assim eles têm acompanhamento ao longo da vida, após o término do ensino médio. O sucesso depende muito da concretização de todas as metas, completou a conselheira Simone mencionando as críticas, um ponto frágil é a necessidade de um maior detalhamento dos índices da educação especial. Permanece o desafio da articulação entre saúde, educação e assistência social, que já avançamos muito nisso e já temos as reuniões de rede, o

programa território conectado estabelecido, e que isso fortalece nosso trabalho Colocou que temos de correr atrás para valorizar essas parcerias e fazê las acontecer e por último mencionou a valorização dos profissionais e financiamento dos investimentos. Apresentou que na educação bilíngue dos surdos alfabetizados, não viram uma referência específica para este público. O documento traz aspectos da participação do surdo, desde a educação infantil que não tem acesso a libras. Referenciou uma realidade que o intérprete de libras é raro, mas considera interessante o fortalecimento desta questão. Simone colocou que foi encaminhado a câmara municipal, a atualização da política municipal de inclusão, e o documento contempla esse recorte da educação bilíngue de surdos, mais próximo a politica municipal. A conselheira Tânia mencionou sobre uma formação no centro de línguas que acontece na escola EE Idalina e há vagas para estudantes. Na sequência, o conselheiro Rafael apresentou a meta sobre garantia e aprendizagem no ensino fundamental e médio, Rafael colocou que não é só garantir o acesso à escola, mas que essa escola desenvolva conhecimentos, habilidades e competências de cada ano da educação básica. Garantir a aprendizagem não é só colocar o estudante na escola. Garantir a frequência também. Mapear esse ponto é importante. A conselheira Bete mencionou que tem se assustado com a evasão de estudantes matriculados no ensino médio, inclusive os que possuem laudo. A conselheira Tânia colocou que na rede estadual há casos em que se a família e o Conselho Tutelar não atenderem a busca por estudantes evadidos, eles estão encaminhando ao Ministério Público. O presidente Fábio encerrou neste momento a conversa sobre as metas do Plano Nacional de Educação e perguntou sobre como os INDIQUES (Indicadores de Qualidade) estavam acontecendo nas escolas dos conselheiros. O conselheiro Rafael explanou sobre o momento positivo da aplicação dos INDIQUES na unidade escolar em que trabalha, trazendo o trabalho em pequenos grupos como uma boa referência de organização e após o compartilhamento das discussões de cada estação. Rafael compartilhou que o diretor da escola municipal em que ele atua, falou por 15 minutos para abertura da aplicação dos INDIQUES com as famílias, explicando o que é o Plano Municipal de Educação. Comentou que a unidade escolar montou 7 estações, formadas por professores distribuídos em cada agrupamento, funcionários também, e os pais, que ao chegarem tiveram liberdade de ficar nas estações sem saber qual indicador era correspondente. Após esse processo cada grupo apresentou suas discussões dando ênfase ao que irá constar no Plano. Rafael acrescentou que está há 9 anos na coordenação da EMEF Arquiteto Oscar Niemeyer e que essa foi uma das experiências mais democráticas que vivenciou ali, e enfatizou: democrática mesmo. Ele valorizou a participação dos pais, dos funcionários, deles se sentirem confortáveis para falar os pontos da unidade escolar que não estavam funcionando. A conselheira Rafaela

mencionou que fará isso no sábado na escola em que atua: EMEF Bartolomeu Bueno da Silva. Em um formato muito parecido. Ela disse que visitou a EMEF Arquiteto Oscar Niemeyer e lá estava presente uma pessoa do observatório, o que a fez aproveitar e tirar dúvida porque seu planejamento inicial era diferente do apresentado pelo conselheiro Rafael. Rafaela mencionou que a aplicação dos INDIQUES em sua escola será no próximo sábado, das 10:00 às 13h. Em seguida, o presidente Fábio perguntou se havia mais conselheiros realizando a aplicação dos Indicadores De Qualidade e lembrou que a conselheira Meire já havia iniciado. A conselheira Meire colocou que o planejamento da aplicação na sua unidade de atuação: EMEI Dulce Junquetti, foi realizado e foi dividido no tempo de dois HPCs. Ponto que convidou os pais da APM, do Conselho de Escola e a comunidade em geral. Lembrou que a diretora Valéria Roman da EMEI Carmela Galati visitou a primeira reunião. Continuou dizendo que também está realizando em pequenos grupos, pois os assuntos para a discussão são muito amplos. A conselheira colocou que também realizou uma parte da aplicação dos INDIQUES, afirmando que tem de ser mais fragmentada, porque o atendimento às crianças é a prioridade, e não tem como realizar se não for fora do horário de atendimento às crianças, pois elas são muito pequenas. A conselheira Karina, que atua na EMI Maria Panarielo Leandrini explicou que fez uma parte no HPC, e convidando o conselho de escola teve uma participação de 80% dos membros. Contabilizou oito pais da comunidade que também vieram. Então o total tinha umas 16 pessoas. A diretora e conselheira Karina mencionou pensando em participações que foram bastante, perto dos outros anos em aplicação de INDIQUES: "Porque não teve suspensão de aula". Quando tem a suspensão de aula, a adesão é mais baixa ainda", ela ponderou. Na sequência, a conselheira Juliana compartilhou sobre a aplicação em sua unidade escolar a EMEI Rosana Munhoz. Explicou que lá se dividiram também em dois HPCs e fizeram a convocação com o conselho de escola. As conversas foram acontecendo de forma muito tranquila e enfatizou que solicitou que realmente olhassem para a escola para pintar as dimensões com a realidade e não maquiar. Juliana colocou que o grupo alcançou e precisou avançar em muitas reflexões. As discussões aconteceram de forma muito tranquila, mas colocou que conseguiu ultrapassar os diálogos, porque foi possível até resgatar algumas situações que já haviam acontecido, até para esclarecer os procedimentos adotados. E por isso que nesse momento, a conselheira Juliana optou em não dividir em dimensões, até por conta do grupo mais seleto, e porque a gente queria também apresentar alguns indícios diante das escolhas das respostas. O presidente Fábio lembrou que é importante ao grupo que os dados coletados sejam enviados para o Observatório que irá fazer a estratificação e envio para a Secretaria Municipal de Educação. E que os dados vão ser utilizados também como parâmetro na elaboração do plano municipal de educação. O presidente do Conselho

aproveitou para mostrar a planilha de monitoramento do PME vigente e explicou que com os dados coletados, é gerado um semáforo que sinaliza que indicadores foram alcançados pelo município e deu sequência compartilhando alguns dados, atendidos ou não no Plano Municipal de Educação anterior. O presidente aproveitou para informar sobre os trabalhos do Plano Regional do Grande ABC que é uma iniciativa pioneira no Brasil. Além disso, o presidente atualizou o conselho sobre as ações de formação com os municípios da região metropolitana sobre o PME. O Presidente Fábio lembrou a data da próxima reunião deste conselho agendada para dia 23 de julho, porém por ser período de recesso escolar para alguns conselheiros, ficou agendada para dia 30 de julho às 14h. Sem mais para o momento, eu, conselheira Meire Bernardi, secretária da reunião, redigi e digitei esta ata, que será assinada pelos membros do Conselho Municipal de Educação.